

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

SERGIO HENRIQUES RAMOS

O PAPEL DO PEDGOGO NO CRAS DE ARACAJU/SE

**Aracaju – SE
2019**

SERGIO HENRIQUES RAMOS

O PAPEL DO PEDGOGO NO CRAS DE ARACAJU/SE

Artigo Científico apresentado à Faculdade Amadeus como Trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia

Orientador: Prof. Ma. Carla Daniela Kohn

**Aracaju – SE
2019**

O PAPEL DO PEDAGOGO NO CRAS DE ARACAJU/SE

* SERGIO HENRIQUES RAMOS

RESUMO

Esse estudo busca analisar a função ou papel do Pedagogo nas atividades desenvolvidas no CRAS Gonçalo Rollemberg (no município de Aracaju/SE. O CRAS é uma unidade social básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) cujos objetivos são fortalecer vínculos familiares e comunitários, ampliar o acesso aos direitos da cidadania, prevenção a ocorrências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos estados e municípios, desenvolver potencialidades e aquisições. Dentro desse contexto questionou-se qual a função ou papel do Pedagogo nas atividades desenvolvidas no CRAS Gonçalo Rollemberg? Para tanto foi estabelecido como objetivo geral da pesquisa analisar a função ou papel do Pedagogo nas atividades desenvolvidas no referido CRAS. A metodologia utilizada nesta pesquisa de cunho qualitativo foi composta de pesquisa bibliográfica para aprofundamento da temática apoiada em autores como Castro (2009), Brasil (2009), Espinoza e Costa (2016), dentre outros. Seguida de um Estudo de Caso desenvolvido no CRAS de Aracaju/SE, com observação do funcionamento da entidade, bem como da aplicação de questionários durante entrevistas com gestores e demais colaboradores que trabalham na referida instituição. Concluiu-se que o trabalho do CRAS, voltado a assistência social e com a participação do pedagogo social promove cursos, auxilia famílias, idosos, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Sua equipe de profissionais busca solucionar esses problemas e fazer com que o usuário dessa unidade e sua família se qualifique nos cursos profissionalizantes oferecidos por esse CRAS e reflitam sobre como transformar sua realidade social.

Palavras-chave: CRAS. Função do Pedagogo. Transformação Social

ABSTRACT

This study aims to analyze the role or role of the Pedagogue in the activities developed at CRAS Gonçalo Rollemberg (in the city of Aracaju / SE). CRAS is a basic social unit of SUAS (Sistema Único de Asistencia Social), whose objectives are to strengthen family and community ties, to increase access to citizenship rights, to prevent occurrences of situations of vulnerability and social risks in the states and municipalities, to develop potentialities and acquisitions, and to question the role or role of the Pedagogue in the activities developed at CRAS Gonçalo Rollemberg? The methodology used in this qualitative study was composed of a bibliographical research to deepen the thematic supported by authors such as Castro (2009), Brazil (2009), Espinoza and Costa (2016), among others. This was followed by a Case Study developed at the CRAS of Aracaju / SE, with an observation of the functioning of the entity, as well as the application of questionnaires during interviews with managers and other employees who work at said institution. It was concluded that the work of CRAS, aimed at social assistance and with the participation of the social pedagogue, promotes courses, helps families, the elderly, young people and adolescents in situations of social vulnerability. Its team of professionals seeks to solve these problems and make the user of this unit and his family qualify in the professional courses offered by this CRAS and reflect on how to transform their social reality.

Key-words: CRAS. Function of the Pedagogue. Social transformation

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo buscou analisar a função ou papel do pedagogo nas atividades desenvolvidas no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Gonçalo Rollembergue, situado na rua Alagoas, nº1020, bairro José Conrado de Araujo, no município de Aracaju -se.

O CRAS é uma unidade social básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) cujos objetivos são fortalecer vínculos familiares e comunitários, ampliar o acesso aos direitos da cidadania, prevenção a ocorrências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos estados e municípios, desenvolver potencialidades e aquisições. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo que são ofertados no CRAS se dispõem de espaço físico e equipe compatível. (CASTRO, 2009, p 7).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome (Brasil 2009) o CRAS trabalha com programas de auxílio-moradia, bolsa família, confecções de carteiras de passagem para idosos (estadual e interestadual), programa habitacional, cursos profissionalizantes, estão em parceria com o Governo Federal.

Para SANTOS, COSTA E NUNES (2017) é visível que ao longo do tempo o pedagogo vem mudando e adaptando suas formas de ensinar, bem como os novos espaços onde esses ensinamentos acontecem, respeitando a flexibilidade e a sensibilidade dos educandos para melhorar o aprendizado. Entende-se por “novos espaços” educacionais, fora do muro da escola, como igrejas, associações, cooperativas, projetos sociais, ONGs (Organizações Não Governamentais) e em espaços de Assistência Social como Serviços Convivência e Fortalecimento de Vínculo (CRAS) com o intuito de possibilitar melhorias nas situações de vulnerabilidade e diferenças sociais.

No Centro de Referência Social – CRAS- o pedagogo trabalha em um viés que vai além do educar, ele vê o empedramento do educando diante das dificuldades e vulnerabilidades sociais, usando a educação como instrumento transformador de mundo, e isso é um processo contínuo. (CASTRO,2009)

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), a vulnerabilidade constitui-se em situações, ou ainda em identidades, que concorrem para exclusão social dos sujeitos. Essas situações originam-se no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais nos processos discriminatórios, segregacionista em construções sócio históricos e em dificuldades de acesso as políticas públicas (BRASIL,2010, p.17).

Justificou-se a escolha dessa temática pela necessidade de um melhor entendimento do funcionamento do CRAS, seus programas e a formação dos profissionais que ali trabalham.

Dentro desse contexto questionou-se, qual a função ou papel do pedagogo nas atividades desenvolvidas no CRAS Gonçalo Rollemberg?

Para tanto foi estabelecido como objetivo geral deste estudo analisar a função ou o papel do pedagogo nas atividades desenvolvidas no CRAS Gonçalo Rollemberg. E como objetivos específicos conhecer a história da Assistência Social no Brasil e do CRAS, entender o que é o CRAS e quais atividades são ali desenvolvidas, verificar quais os profissionais que, segundo a legislação, devem trabalhar no CRAS, em quais funções e com que formação.

Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa de cunho qualitativo composta por pesquisa bibliográfica para aprofundamento da temática apoiada com autores como Castro (2009), Brasil (2009), Espinoza e Castro (2016), dentre outros. Seguida de um estudo de caso, desenvolvida no CRAS Gonçalo Rollemberg em Aracaju- SE, que segundo Gil (1996, p.75) “É caracterizado pelo estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.” A coleta de dados foi feita através de observação do funcionamento da entidade, bem como da aplicação de questionários durante entrevistas com gestores e demais colaboradores que trabalham no CRAS-

Em relação ao tempo da pesquisa tratou-se de uma pesquisa transversal que segundo THIOLENT (1992) é quando a exposição da causa pesquisada está presente no mesmo intervalo de tempo analisado. Apresenta-se como uma foto ou corte instantâneo que se faz em uma população ou local por meio de uma amostragem, examinando-se a presença ou ausência eleito.

2. REFERECIAL TEÓRICO

2.1 Entendendo a história da Assistência Social no Brasil

De acordo com Braga *et al* (2014) a origem da Assistência Social, no Brasil, tem início na filantropia e solidariedade religiosa. No início do século XX, entendia-se que o Estado deveria ser o responsável em produzir serviços sociais de qualidade. A partir da Constituição de 1988, os aspectos essenciais da Assistência Social, destacaram a importância desta política como direito, e dentro do contexto nacional foram feitas distribuições das competências entre União, Estados e Municípios, estimulando uma maior participação das coletividades iniciando assim um processo de instalação de uma nova assistência social.

A Constituição de 1988, diferente da anterior de 1934, que referenciava a assistência Social apenas em uma parte do capítulo sobre a "Ordem Econômica e Social" (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934), discutindo sob forma de princípios de fins de Estado, de cunho genérico e valor politicamente condicionado, passa a dedicar um Título inteiro sobre a "Ordem Social", e especifica os direitos sociais oferecidos à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (BRAGA, *et al*, 2014, p.3).

Ainda conforme Braga *et al* (2014) tendo também como base a Constituição de 1988, foi publicada em 1933 a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que foi definida como Política de Seguridade Social, fazendo parte do conjunto da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social. Tratou-se de um conjunto de ideias, concepções e direitos, que introduziram uma nova forma de entender e fazer a Assistência Social conforme define Castro, (2009, p.8)

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e as pessoas com deficiência.

Mais recentemente em 2005, foi criado o Sistema Único de Assistência Social – SUAS- descentralizado e participativo, cuja finalidade era a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. (CARNOY,, 2013)

Dessa forma, o SUAS é uma Política Pública da Seguridade Social, extremamente recente, que está em processo contínuo de construção, entendendo-se por Políticas Públicas "o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas" (CARNOY, 2013, p. 180).

Segundo CARNOY, (2013) o SUAS se concentra na proteção social: básica – de caráter preventivo – e especial – quando ocorre violação de direitos. E como parte dessa Proteção Básica do SUAS se encontra o CRAS, criado em 2007,. Que tem a função de identificar em cada município o(s) território(s) de vulnerabilidade social e nele(s) implantar um CRAS, a fim de levar os serviços aos usuários sendo assim instalado próximo ao local onde haja uma maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade.

Continuando a ordem cronológica chegamos a resolução de nº 109, de 11 de novembro de 2009, que apresenta os deveres dos gestores em todos os níveis, onde se produzem seguranças sociais, de acordo com as necessidades ou situações de vulnerabilidade e risco do contexto em que se encontram os usuários. Buscando assim condições e formas de acesso para encaminhar os usuários para a unidade de acordo com o problema mais urgente a ser atendido, que esteja ao alcance desse usuário, procurando sempre articular com o serviço social de vigilância, para defesa dos direitos desses indivíduos em organizações privadas e não governamentais que desenvolvam projetos e programas com o auxílio ou em parceria com os poderes executivo e judiciário. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009)

Um conjunto fundamentado e sistematizado de práticas educativas não convencionais realizado preferencialmente no ambiente da educação não formal orientados para o desenvolvimento adequado e competente dos indivíduos assim como para dar solução aos problemas e necessidades sociais (PEREZ, 1999. apud. GOHN, 2010, p.26).

Ainda de acordo com a resolução nº109/2009 o impacto social esperado, onde cada serviço está conectado na rede socioassistencial, projeta expectativas no sujeito a fim de gerar mudanças e reflexões positivas. Pretende ainda agilizar o trabalho voltado para remissão de leis decretos normas técnicas e planos nacionais que agilizam benefícios e serviços socioassistenciais, proteção social especial, alta complexibilidade, serviço de proteção integral e atendimento a família, todos esses

serviços tem a finalidade de fortalecimento, proteção, prevenção sobre a ruptura dos vínculos familiares

2.2 Entendendo o CRAS

Voltando ao nosso foco do projeto vamos entender O CRAS que segundo Machado (2008) tem como intuito a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais (caráter preventivo). É referência para o desenvolvimento de todos os serviços sócio assistenciais de proteção básica.

De acordo com Caderno de Orientações Técnicas (BRASIL, 2009, p.4)

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) trabalha com foco em ações voltados a família, infância, adolescência e juventude, adultos e idosos, promovendo espaços para troca de experiências e expressões de dificuldades e reconhecimento de possibilidades.

Ainda conforme o Caderno de Orientações Técnicas (2009) o trabalho de assistência social gratuito desenvolvido pelos CRAS, lembrando que são unidades localizadas em diferentes municípios, deve ser realizado com equipes de assistentes sociais, pedagogos sociais, psicólogos, dentre outros. De forma volante ou na unidade de CRAS, onde todos os serviços de proteção social básica são desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, com serviços no domicílio para pessoas com deficiências e idosos, fazendo-se cumprir a diretriz de descentralização da Política de Assistência Social.

Todo CRAS tem como intuito a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais (caráter preventivo). É referência para o desenvolvimento de todos os serviços sócio assistenciais de proteção básica.

Dentre os serviços ofertados, no CRAS, pela Proteção Social Básica (PSB), está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que se organiza em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e se refere a área em que o também pedagogo pode atuar.(BRASIL, 2009)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: [...] ocorre por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, 2010, p. 29)

Além disso, o CRAS também objetiva prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, à medida que dá acesso a conhecimentos acerca dos direitos e participação cidadã. Lembrando que a garantia

do convívio é direito reconhecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003 (BRASIL, 2003) e na Lei nº 12.435/2011 (BRASIL, 2011). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como público alvo:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiência; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 18-19).

A oferta dos serviços no CRAS tem características gerais, para todo o território nacional, porém deve dar prioridade às necessidades regionais para a entrada de crianças e adolescentes que integram o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. (BRASIL, 2009). E de acordo com a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013, o atendimento deve ser prioritário também para:

Crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas nas circunstâncias a seguir: • em situação de isolamento; • vivência de violência e, ou negligência, • fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos, em situação de acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, • egressos de medidas socioeducativas, • situação de abuso e/ou exploração sexual, com medidas de proteção do ECA, • crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2013, p.1)

Portanto vimos que o CRAS pretende dar o acesso e usufruto de direitos, bem como promover a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos atendidos, através da atuação de profissionais como pedagogo, assistente social e psicólogo, trabalhando o resgate de valores, crenças e o fortalecimento da cultura do diálogo no intuito de combater todas as formas de violência e de preconceitos, nas relações sociais.

2.3 Profissionais que atuam no Cras.

Conforme vimos anteriormente o CRAS necessita contar com diferentes profissionais Para desempenhar as várias funções voltadas para a prevenção de ocorrências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, nesse sentido, de

acordo com Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL- CNAS nº 01/2013) o ideal é que a equipe seja composta por:

Técnico de Referência: é quem dá assessoria ao orientador social, é o profissional que acompanha a execução do serviço e certifica o princípio da matricialidade sócio familiar – que orienta as ações da Proteção Social Básica. Podendo ser o (a) assistente social, psicólogo (a) ou ainda outro profissional que compõe a equipe. • Orientador Social: é aquele que acompanha constantemente o(s) grupo(s), orientando e monitorando os usuários na realização das atividades propostas. Essa função pode ser exercida por algum profissional que tenha no mínimo nível médio de escolaridade. (BRASIL, 2013, p.1).

Neste caso - de acordo com o Caderno de Orientações Técnicas sobre o SCFV(BRASIL, 2009) - a educação não deve ser centrada somente no indivíduo, é preciso que seja considerado o contexto que envolve este indivíduo, para que as atividades realizadas fortaleçam os vínculos e resgatem valores perdidos tais como a autoestima e o convívio familiar e social. Desta forma, a prática pedagógica a ser desenvolvida deve focar a socialização dos sujeitos, considerando as condições em que se encontram.

2.3.1 A Atuação do Pedagogo no Cras

Para Mulati (2016) de acordo com a Resolução CNAS n 17 de 20 de junho de 2011 (artigo 2 e 3), (BRASIL, 2013) o pedagogo deve fazer parte nos grupos de crianças, adolescentes e idosos (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), como também na equipe técnica da assistência social (gestão do Sistema Único de Assistência Social). Esse trabalho desenvolvido pelo pedagogo não se refere apenas a um formato de educação tradicional que de acordo com Libâneo (2007):

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também na criação e na elaboração de jogos e brinquedos (LIBÂNEO, 2007, p. 27)

Cabe ao pedagogo nesse trabalho oportunizar aos indivíduos o desenvolvimento de um olhar mais crítico em relação á suas atitudes, valores e crenças, dentro do contexto em que se encontram. Para tanto é muito importante

que o tema e a didática escolhidos estejam de acordo com os sujeitos envolvidos... As temáticas devem envolver solidariedade, convivência, respeito, cidadania, ética, sustentabilidade, alimentação saudável, diversidades, preconceito, vícios como o uso de drogas lícitas e ilícitas, uso indevido da internet, segurança, dentre outros (MULATI, 2016).

Dentro desse contexto, espera-se que o pedagogo em questão estará preparando o sujeito para analisar e transformar o lugar em que vive, por meio da conscientização da importância de seus comportamentos em relação a suas vivências em sociedade. Desse modo, o trabalho do pedagogo no CRAS se refere a uma educação social, que ganha importância por ir além do ensino convencional, pois desenvolve práticas pedagógicas voltadas para a mudança e adequação da realidade. Ortega (2006) afirma que:

A educação social é ou seria fundamentalmente a dinamização ativa das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos e a compensação, normatização ou, até, a reeducação da 12 dificuldade e do conflito social. Portanto, uma educação social assim entendida promove e dinamiza uma sociedade que educa e uma educação que socializa, integra e ajuda a evitar, equilibrar e reparar o risco, a dificuldade ou o conflito social (ORTEGA, 2006, p. 5-6).

Portanto o pedagogo exerce a função de educador social, objetivando o desenvolvimento dos sujeitos. Para isso é necessário que concilie os conhecimentos pedagógicos com os serviços de assistência social.

A respeito disso, Carvalho e Batista (2004, p.20) afirmam que:

A formação das competências de um (a) educador (a) social exige, em conformidade, uma sólida preparação de alguns domínios das ciências da educação em íntima conjugação com o estudo dos comportamentos individuais e coletivos e uma sólida cultura geral.

Nesse sentido é importante que o pedagogo também chamado de educador social tenha uma formação de qualidade para que possa com competência e autoconfiança trabalhar o comportamento do indivíduo a fim de efetivar a socialização e inserção do mesmo no meio que esta envolvido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessas entrevistas utilizei questionários com a finalidade de dar espaço para formulação das respostas coerentes com as perguntas. As entrevistas foram feitas no CRAS-Gonçalo Rollemberg Leite, situado na Rua Alagoas, n 2051, bairro José de

Araujo, no período de 18 a 23/02/2019, no horário das 7:00 às 12 horas. Foram entrevistados alguns profissionais que trabalham na área social do órgão citado.

Entrevista com o Educador Social

1- *Você como profissional busca em suas atividades despertar no adolescente uma reflexão sobre sua realidade?*

Resposta: Passo atividades para preencher o tempo, não me preocupo muito com isso não porque é obrigação da escola.

Para Caliman (2010) é preciso que o educador busque analisar as condições de desigualdades sociais, refletir e superá-las. Acredito que realmente é função do também educador social, não apenas do professor.

2- *Você já dialogou ou utilizou vídeos, documentário falando sobre preconceito, racismo que isola o sujeito ou exclui ele?*

Resposta: Sobre esses dois temas já passei três filmes e um documentário.

Giddens, (2005, p.264) relata que “ A exclusão social diz respeito as formas pelas quais os indivíduos podem acabar isolados, sem um envolvimento integral na sociedade mais ampla.”

Por minha vivência no CRAS concordo totalmente que existem mecanismos que fazem a separação das classes deixando os mais humildes isolados, geralmente negros e pessoas com o poder aquisitivo mais baixo excluído.

3- *Você dialoga com seus educandos sobre a importância das mobilizações populares e em conjunto com os grupos sociais para a melhoria dessa realidade?*

Resposta: Falo para eles que depende da união de todos, principalmente daqueles que são excluídos porque é uma voz em conjunto gritando mudança.

Segundo Freire, (1996, p.28)

As dispersas e diversas mobilizações populares se propagaram desde 1960, se prolongaram pelas últimas décadas. Pontuamos que o ideário libertador nascido nesse contexto, renasce persistindo na luta e contestação à exclusão social e marginalização.

Concordo que se não houve essas mobilizações desde o passado até o presente não teríamos conseguido nossos direitos, mesmo sem serem respeitados.

4- *Como educador você tem um compromisso não só de transformar ou buscar reflexões dos seus educandos e como fazer que os direitos deles e suas familiares sejam executados?*

Resposta: Dialogo com eles que temos a constituição que garante seus direitos, cabe não só a eles cobrar como também denunciar a negligência e omissão do setor público em seu dever como cidadão, e principalmente daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

Conforme Gadotti, (2000, p. 49)

A constituição brasileira reserva seu título VIII para falar sobre os direitos sociais, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência e assistência social. Para construção de um Estado Democrático, não basta garantir grande número de eleitores, mas assegurar o exercício de direito das garantias individuais.

Infelizmente a nossa constituição avançou pouco na forma prática, mas na teoria possui muitos direitos que o cidadão tem e seus deveres.

5- *Você esperava um desafio como esse não apenas passar o tempo dos adolescentes, mas tentar transformar o olhar de cada um sobre sua realidade social?*

Resposta: Não esperava que fosse buscar vários mecanismos para fazer conscientizar educando que muitos vezes vem de um ambiente familiar contaminado de violência, droga, álcool e etc.

Para Petrus (1998, p.29)

a educação social definiu-se, não apenas pelas funções sociais que historicamente sido da sua competência, mas também por aqueles que, em resposta as necessidades derivadas do Estado de bem-estar proveniente, tornam-se exemplo de necessidade para o desenvolvimento.

Concordando com o educador social e com o teórico, se torna um desafio fazer com que o adolescente com problemas diversos em sua vida peculiar e coletiva refletir e transformar sua realidade, mesmo com a omissão de Estado que possui um belo discurso, mas contribuem para a continuidade dessa realidade social.

Entrevista com a Assistente Social

1- *Você acompanha os usuários de CRAS em situação de vulnerabilidade?*

Resposta: Sim, faço visitas e dialogo com eles, sei que as desigualdades são variadas e que muitas vezes o próprio sistema produz e reproduz a continuidade dessas desigualdades.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2010),

a vulnerabilidade constitui-se em situações , ou ainda em entidades, que concorrem para a exclusão social dos sujeitos. Essas situações originam-se no processo de produção de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionais, engendrados em construções sócio-históricas e em dificuldades de acesso as políticas públicas (Brasil,2010,p.17).

Concordo com ambos, porque são políticas que buscam resgatar indivíduos, jovens e suas famílias em situações de vulnerabilidade, mesmo que essa situação foi produzida e reproduzida pelo sistema capitalista que faz parte do Brasil e de grandes maiorias dos países.

2- O que é preciso para se utilizar dos programas e projetos oferecidos pelo CRAS?

Resposta: Trabalhamos com o cadastro único que faz partes dos programas sociais do governo federal, onde através desses cadastros o usuário se inclua em programas como : cursos profissionalizantes, projetos para adolescentes, aluguel social, cesta básica para familiares que não possuem renda, etc.

Acerca de integração de Políticas Públicas Setoriais, cabe destacar que o governo federal utiliza o cadastro único par programas sociais do governo federal-cadastro único como instrumento essencial de integração de programas sócias do Governo Federal. O cadastro em menção encontra-se regulamentado pelo decreto 6.125, de 26 de junho de 2007(LOAS,2009,p,07)

Neste quesito discordo em parte, porque o Governo Federal pode fazer muito mais,como política de habitação de qualidade e com dignidade, qualificar o jovem profissionalmente e gerar emprego para que ele possa trabalhar, ao invés de dar cestas básicas, utilizar mecanismos para que famílias carentes tenham como gerar sua renda para sua sobrevivência.

3- Existe diferença de serviço social atual a do passado?

Resposta: Sim, porque antes era a igreja católica e evangélica que faziam caridades , distribuindo alimentos , remédios e agasalhos e hoje tornou-se uma política publica e organizada para melhor atender o publico em situação de risco social, como fazer-lhe refletir sobre sua realidade em âmbito de convivência social.

De acordo com PESTANO (2006) o histórico da assistência social, sempre foi a caridade, o voluntariado e atualmente tornou-se uma política publica.

Concordo com ambos os argumentos, porque no passado começou com padres vindos de Portugal e com o passar do tempo outras denominações religiosas

passaram a utilizar a caridade e voluntariado e hoje se tornou uma política aliados do Governo Federal, Estadual e Municipal uma parceria com os mesmo objetivo.

4- Quando você se depara com algum caso de fragilidade familiar ou de de vínculo rompido, quais procedimentos a seguir?

Resposta: Como assistente social, primeiro investigo fatores, avalio como devo proceder ou encaminhar para o setor competente. Para que a família ou usuários resgate ou previna seus vínculos afetivos e sociais.

O SUAS realiza a garantia de proteção social, isto é, não submete o usuário ao princípio de tutela, mas a conquista de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonizamos, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social (PNAS, 2004, p.23)

A família é o alicerce do jovem, adolescente e da criança ela estando fragilizada influencia no dia a dia de seus integrantes sendo uma instituição de valores que atualmente estão desestruturados.

5- Pessoas idosas que nunca contribuíram para a previdência, como você encaminha e orienta?

Resposta: Temos uma política de seguridade social onde o idoso com 65 anos comprovar que não possui nenhuma renda, encaminho para o programa de Assistência Previdenciária.

A Política Social no Brasil vai encontrar na constituição de 1998 uma inovação sendo uma seguridade social universal, democrática e sob a primazia de responsabilidade do Estado. A constituição definiu a integração de Políticas de saúde, com a seguridade social e previdência para a melhor segurança dos cidadãos em situações de risco e vulnerabilidade sociais. (YAZBEK, 2004, p. 25)

Essa Política Previdenciária foi algo benéfico a pessoas idosas que trabalham e nunca contribuíram para previdência.

Entrevista com o Pedagogo Social

1- Como educador e pedagogo social você se identificou com a área?

Resposta: Na pós-graduação sim, mas na prática ainda não me adequei a realidade.

De acordo com Caliman, (2009, p. 53)

O pedagogo é um profissional imerso na realidade social, percebe a realidade com a sensibilidade educativa e, premiado por ela, responde as demandas emergentes. Essa aproximação acentua a intervenção preventiva e de recuperação nos casos em que venha a faltar uma adequada socialização.

Acredito que somente a pós-graduação não define a área de atuação do pedagogo, mesmo porque o individuo sai da faculdade com o espírito transformador e se depara com uma imensa demanda em uma realidade inversa.

2- Você possui uma equipe com outros profissionais para melhor elaborar o planejamento, intervenção, marcar reuniões e palestras com os pais dos educando?

Resposta: Sempre dialogo em equipe. Temos conflitos de ideias, mas sempre chegamos a um entendimento para encontrar solução.

Segundo José Paulo Neto, (1996,p. 124)

Necessidades de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimados (do ponto de vista sócio político) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional [...] se o serviço social puder antecipá-las.” O autor ainda ressalta que estas serão caracterizadas “por tensões e conflitos na definições de papeis e atribuições com outras categorias sócio profissionais.

Sabemos que existe a divergências de ideias a competitividade profissional, mas que tornam-se positivas para os educandos e suas famílias.

3- Como profissionais existe relação entre o educacional e o social?

Resposta: Creio que não, porque conheço pessoas humildes que trabalham para pagar uma boa educação de qualidade, mesmo tirando o alimento da própria boca.

Para Freire (2015), a pedagogia se entrelaça a problematizarão de educação e do social, para ele é possível decisivo influenciar circunstâncias sócias por meio da educação.

Percebe-se que muitos pais, mesmo sem condições financeiras, fazem de tudo para colocar seus filhos para estudar em uma escola particular, mas esse aluno não terá condições de participar dos eventos oferecidos pela escola, por que tudo tem que pagar, o aluno humilde jamais poderá comparar tênis, celular, roupas caras para frequentar o grupo de colegas, levando ao preconceito de exclusão.

4- O pedagogo estar alem da sala de aula atuando em diversos locais?

Resposta: Claro que sim, hoje o pedagogo quando se especializa trabalha em várias áreas, em diversas funções, o pedagogo trabalha em hospital, igreja, associações, eventos, meios de comunicação de massa, existe um grande leque com seus desafios.

Conforme Gohn (2001), o processo de ensino aprendizagem ocorre em qualquer ambiente e se instala uma ação pedagógica.

5- A exclusão vem da pobreza?

Reposta: São diversos fatores e omissão de governo que alimentaram a exclusão com falta de moradia, emprego, saúde, segurança etc., onde essa triste realidade servia e servi de discurso para políticos omissos com o Brasil.

A exclusão social diz respeito às formas pelas quais os indivíduos podem acabar isolados, sem um envolvimento integral na sociedade mais ampla. É um conceito mais amplo do que a classe baixa porque tem vantagem de enfatizar o processo dos mecanismos de exclusão. Também é diferente da ideia de pobreza propriamente dita, concentrando sua atenção sobre uma ampla variedade de fatores que impedem que indivíduos ou grupos tenham as mesmas oportunidades que estão abertas a maioria da população.(Giddens, 2005,p.264)

A ideologia de conformismo passada pela elite dominante em que a geração mantém seus privilégios através da exploração e exclusão da maioria mais humilde, hoje está tendo uma mudança significativa, mas falta muito mais para tirar a maioria dos brasileiros desse quadro vergonhoso.

Entrevista com a Psicóloga

1- As políticas públicas promovidas para o jovem estão conseguindo obter sucesso?

Resposta: Depende das situações e da aceitação do jovem, o trabalho está acontecendo com seriedade e compromisso dos profissionais inclusive eu. É uma ideia relevante para a compreensão das políticas publicas recentes destinadas aos jovens no Brasil que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas.

Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não sofrem apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrario promover modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens . (Carrano;Sposito,2003,p.18, grifo dos outros)

Percebemos que as políticas publicas atuais melhoraram muito, mas precisa-se investir mais nos jovens de hoje para se transformarem nos cidadãos do amanhã.

2- A forma de pensar, se comportar, aceitar o jovem atual tem haver com o jovem do passado?

Resposta: Claro que não. O jovem de hoje tem suas características pessoais, tais como maturidade mental e física , e as redes sociais possuem sua forte influencia, por isso a importância de novas políticas para os jovens.

Segundo Abrade(2003) é preciso que se criem, nas políticas publicas, recortes referentes á área da juventude.

3- É difícil lidar com a grande demanda para atender os diversos problemas sociais?

Resposta: Realmente a demanda é grande e principalmente com o desemprego em alta, agrega outros problemas , como o aumento da violência domestica, consumo de álcool e drogas e desagregação familiar.

As demandas, a rigor são requisições técnicas- operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira teleologia dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerram o desenvolvimento das reais necessidades que os determinam. (MOTA e AMARAL, 1998, p.25)

4- Você utiliza método de investigação como também de intervenção?

Resposta: Claro que sim preciso buscar entender qual o problema e como deve intervir, busca a ética para não constranger o usuário. Um exemplo é o desenho ele demonstra com clareza que a criança ou mesmo o adolescente estar passando.

Envolve, portanto a projeção de um conjunto de atividades investigativas que integram o exercício profissional, enquanto dimensões indissociáveis do mesmo, atividades que objetivem e materializam as respostas profissionais norteadoras por princípios e valores ético- políticos as necessidades sociais dos segmentos populacionais com os quais se trabalha. Respostas estas que são acionadas no contexto das organizações e /ou instituições de distinta

natureza (governamentais e não governamentais, mercantis e não mercantis) dedicadas a formulação ou implementação de serviços sócias que objetivem os direitos sociais. (CEACP-UNB/CFESS, 2001, p.48)

Acredita-se que a investigação e seus métodos adequados fazem com que o profissional descubra qual o problema e se articule para intervir, buscando o resgate de valores, inserção social, inserção na família, como profissional sempre buscar o melhor para o usuário.

5- O capitalismo produz a desigualdade social, como você vê os grupos sociais que se unem para a construção de uma nova sociedade mais justa e menos desigual?

Resposta: Após esses grupos sociais tivemos avanços, principalmente na exclusão social, um exemplo hoje são programas que dão a oportunidade ao jovem humilde de entrar numa faculdade, mas ainda falta lutar muito mais para se alcançar novos espaços contrariando a elite capitalista.

A pedagogia social encoraja os grupos marginalizados e as comunidades marginalizadas a construir alianças políticas umas com as outras e dessa forma erradicar a homogeneidade cultural, interpretando e reconstruindo sua própria história. Como parte de esforço planejado de luta anticapitalista, a pedagogia social e econômica em contraste com a ideologia conservadora e liberal de oportunidade igual, que mascara a distribuição desigual existente de poder e de riqueza (Mc LAREN, 2002, p. 106)

O capitalismo é um sistema cruel que produz a exploração, miséria, exclusão social, desigualdade e enriquece a minoria que detém grande parte da riqueza do Brasil, tendo suas influências nos governo que dizem representar o povo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o trabalho de assistência social feito pelo CRAS Gonçalo Rollemberg Leite abrange várias situações de riscos e vulnerabilidades sociais, e que oferece cursos de qualificação profissional e palestras com objetivo de fazer com que seu usuário reflita e busque transformar sua realidade social, através das oportunidades que vão surgindo.

Assim, o indivíduo levanta sua auto-estima, onde vai buscar de forma honesta trazer dignidade para si e sua família. Já na década de 1960 Freire, desenvolvia

suas concepções voltadas a inclusão e reflexão para que o indivíduo se insira socialmente com autonomia e questionamento da sua realidade coletiva e individual.

No CRAS vários profissionais buscam mecanismos para melhorias das situações de seus usuários onde a parceria com outros órgãos auxilia de forma positiva o avanço desses trabalhos.

Em relação à questão norteadora e ao objetivo colocados no início da pesquisa para verificar qual a função ou papel do Pedagogo nas atividades desenvolvidas no CRAS Gonçalo Rollemberg?" Concluimos que o pedagogo busca entender qual situação de vulnerabilidade que o usuário esta passando e busca auxiliá-lo na resolução ou ele encaminha para órgãos parceiros , ou se for adolescente e/ou criança buscar inseri-los nos projetos sociais onde ele se planejar para melhor atender seus educando tentando a melhor forma de contribuir para reflexão e qualificação profissional e agregamento familiar e resgate de valores, sempre com criatividade em busca de aperfeiçoar suas metodologias de acordo com a idade da criança ou adolescente e sua situação de vulnerabilidade social e risco onde seu principal objetivo é uma boa ressocialização na formação da sua cidadania individual e coletiva.

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde a minoria dominante mantém seus privilégios através dos seus mecanismos de alienação e produz exclusão, miséria, desigualdade para se manter no poder.

No passado os trabalhos sociais eram desenvolvidos pela igreja católica que fazia com caridades e contribuía com a ideologia do conformismo, fazendo com que o indivíduo vivesse da caridade da igreja e essa situação se repetia nas próximas gerações. Mas através das secretarias de assistências sociais essa realidade foi mudando e transformando as situações de muitas famílias e jovens em situações de vulnerabilidades sociais.

É preciso mais recursos para melhoria e ampliação da estrutura física, melhorar os salários dos profissionais e qualificar com cursos, seminários e workshop voltado as situações de vulnerabilidades e riscos sociais para que se transformem essas situações lamentáveis, em situações positivas para melhoria de toda sociedade.

REFERÊNCIAS-

ABRADE. M. **CRÍTICA POLÍTICA DOS POLÍTICOS DE JUVENTUDE**. In: Freitas, M.V.; Papa, F. C. (Orgs.). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAGA, Antenor *et al* **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL** – 2014. Disponível em <https://www.politicaspublicas.braga.com/files/strategicplans/planoestrategicoeconomicobraga.pdf> Acesso em 23.04.2019- às 23:44hs

BRASIL. **PNAS- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA**. Brasília Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2004.

BRASIL- CEACP-UNB/CFESS- **CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL**. Modelo 5: intervenções e pesquisa em serviço social. Brasília: 2001.

BRASIL- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- PNAS/2004**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

CALIMAN. Geraldo. **A PEDAGOGIA SOCIAL NA ITÁLIA**. In: Souza Neto, João Clemente de ; Silva Roberto da; Moura Rogério (org). Pedagogia Social. São Paulo: Ed. Expressão e arte, 2009.

CALIMAN. G. **A PEDAGOGIA SOCIAL: seu potencial crítico e transformador**. Revista de Ciência da Educação-UNISAL, Americana, SP, ano XII, nº. 23. P. 341-368. 2º sem. 2010.

CARNOY, Martin. **ESTADO E TEORIA POLITICA** – Editora Papyrus-17ª ED. 2013

CARRANO, P.C.R.; SPÓSITO, M.P. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez. 2003.

CARVALHO, A. D. e BAPTISTA, I. **EDUCAÇÃO SOCIAL: fundamentos e estratégias**. Portugal: Porto, 2004.

CASTRO, Janaina P. **INTERAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA: subsídios para práticas escolares e sociais**. 2009

http://portal.mec.gov.br/index.ftd?option=gim_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=40216 Acesso em 13.04.2019- às 16:20hs

ESPINOZA, B. e COSTA G. **A PEDAGOGIA SOCIAL: seus diversos campos de atuação**. 4ª Ed. Vozes. 2016

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 14, Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Paz e terra, São Paulo, 50. ed. 2015.

GADDOTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Ed. Atlas. 2ªed. 1996.

GOHN, M. G. **Educação não formal e Cultura Política**. Campinas: Cortez, 2001.

GUIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **PEDAGOGIA E PEDAGOGOS, PARA QUÊ?** 9 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

MATOS, Vera Lucia Silva. **Relatório Final de Estágio Supervisionado I e II**, 2013.

Mc LACREN, Peter. **Pedagogia revolucionaria na globalização**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

MORAES, Candido A. de; LEIRO, Augusto Cesar R. **EDUCAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE**: Experiências Socioeducativas no Brasil e em Portugal. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9065> acesso em 15.03.2019 às 20hs

MOTA, Ana E.; AMARAL, Ângela S. do, **REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL, FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). A nova fabrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998. p.23-44.

MULATI, Paulo M. **EDUCAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE**. 2016. Disponível em <https://periodicos.funesp.br/iberoamericana/article/view/3794> acesso em 22.04.2019 às 19hs

NETO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social: Nota para uma análise Prospectivas da Profissão na Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, 1996. 17, nº.50, p.87-132.

PESTANO, Cintia Ribes. **A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas.** *Revista Virtual textos e contextos*, nº5 , ano V. Nov.2006.

PETRUS, Antoni. **Novos Âmbitos em Educação Social.** Porto Alegre: Artemed,2003.

SANTOS Marcelo C., COSTA, Marta R. e NUNES, Sergio R. **EDUCAÇÃO SOCIAL PERSPECTIVAS E INOVAÇÕES.** 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.ftd?option=gim_docman&view=download&alias=5764-educacao-social&Itemid=40216 Acesso em 12.02.2019

TAVARES, A.M.B.N. **PEDAGOGIA SOCIAL E JUVENTUDE EM EXCLUSÃO:** Compreensões necessárias a formação de professores. Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,2015.

THIOLLENT, Michel. **PESQUISA-AÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES.** São Paulo: Atlas, 1992

TORQUATO, Rosane A.; COSTA, Marta G. R.; OLIVEIRA, Rodineia D, de; GARCEZ, Rosana M. W. **PEDAGOGIA SOCIAL-** O Pedagogo em Atividades Socioeducativas. 2015.

YAZBEK, Maria C. **POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL:** Expressões da Questão Social no Brasil. *Temporalis*, Brasília n. 3, 2. ed., p. 33-40, jan/jul 2004